

**Relatório Contábil de Propósito
Geral da Entidade do Setor Público**
RCPG

2º Trimestre/2018

Brasília, DF.

MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Blairo Borges Maggi

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Eumar Roberto Novacki

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

Marcus Vinicius Severo de Souza Pereira

COORDENADOR DE CONTABILIDADE

Alberto Jeronimo Pereira

EQUIPE TÉCNICA

DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO CONTÁBIL

José Calazans dos Santos

Alan Rodrigues Pinheiro

Alexandra Holanda Jaber

Divino Lúcio de Almeida

Jaqueline Pereira de Faria Silva

José Maria Magalhães Dias

Mauricio Teixeira de Sousa

Norma de Deus e Costa

Renata de Oliveira Pinheiro

DIVISÃO DE TOMADA DE CONTAS

Maria de Fátima Álvares Duarte

Sumário

Contexto Operacional.....	06
Declaração do Contador	07
Notas Explicativas	08
1 - Base de Preparação das Demonstrações	08
2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	08
3 – Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis	11
4 – Mudanças de Estrutura Administrativa	11
5 – Composição dos Principais itens das Demonstrações Contábeis	12
Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar	17
Nota nº 002 – Obrigações Contratuais	19
Nota nº 003 – Provisões	21
Nota nº 004 – Imobilizado	23
Nota nº 005 – Intangível	28
Nota nº 006 – Investimentos	34

Lista de Siglas

AFAC	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital
AGU	Advocacia Geral da União
BB	Banco do Brasil
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CASEGO	Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás
CASEMG	Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais
CCCCN	Comissão Coordenadora da Criação do Cavalão Nacional
CCONF	Coordenação-Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação
CCONT-DA	Coordenação de Contabilidade/MAPA
CCONT/STN	Coordenação-Geral de Contabilidade da União/STN
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEASA/MG	Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A
CEF	Caixa Econômica Federal
CEF/MAPA	Caixa Econômica Federal/MAPA
CEPLAC	Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CEPLAC/BA	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira da Bahia
CEPLAC/ES	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Espírito Santo
CEPLAC/PA	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira do Pará
CEPLAC/RO	Departamento da Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira de Rondônia
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CGOEF	Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira
CGOF	Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças
CGRL	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COFIN	Coordenação-Geral de Programação Financeira
DAF/Embrapa	Departamento de Administração e Finanças/Embrapa
DISME	Distrito de Meteorologia
DISME/MG	Distrito de Meteorologia de Belo Horizonte/MG
DISME/MT	Distrito de Meteorologia de Cuiabá/MT
DISME/PA	Distrito de Meteorologia de Belém/PA
DISME/PE	Distrito de Meteorologia de Recife/PE
DOU	Diário Oficial da União
DVP	Demonstrações das Variações Patrimoniais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FFIE	Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização
FUNCAFE	Fundo de Defesa da Economia Cafeeira
GF	Gestor Financeiro
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
LANAGRO	Laboratório Nacional Agropecuário
LANAGRO/GO	Laboratório Nacional Agropecuário de Goiás
LANAGRO/MG	Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais
LANAGRO/PA	Laboratório Nacional Agropecuário do Pará
LANAGRO/PE	Laboratório Nacional Agropecuário de Pernambuco
LANAGRO/RS	Laboratório Nacional Agropecuário do Rio Grande do Sul
LANAGRO/SP	Laboratório Nacional Agropecuário de São Paulo
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
NBC TSP	Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

NE	Nota de Empenho
NL	Nota de Lançamento
NS	Nota de Sistema
OB	Ordem Bancária
OD	Ordenador de Despesas
OGU	Orçamento Geral da União
PCASP	Plano de Contas Aplicado ao Setor Público
PDV	Programa de Desligamento Voluntário
PF	Programação Financeira
PIPCP	Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais
RCPG	Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público
RP	Restos a Pagar
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
SAP	Secretaria de Aquicultura e Pesca
SDA	Secretaria de Defesa Agropecuária
SEAP	Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
SECEX	Secretaria de Controle Externo
SFA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SFA/AC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Acre
SFA/AL	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Alagoas
SFA/AM	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amazonas
SFA/AP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Amapá
SFA/BA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
SFA/CE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Ceará
SFA/DF	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Distrito Federal
SFA/ES	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Espírito Santo
SFA/GO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Goiás
SFA/MA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Maranhão
SFA/MG	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais
SFA/MS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Mato G. do Sul
SFA/MT	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Mato Grosso
SFA/PA	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pará
SFA/PB	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Paraíba
SFA/PE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Pernambuco
SFA/PI	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Piauí
SFA/PR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná
SFA/RJ	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
SFA/RN	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Norte
SFA/RO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Rondônia
SFA/RR	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Roraima
SFA/RS	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio G.do Sul
SFA/SC	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina
SFA/SE	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Sergipe
SFA/SP	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo
SFA/TO	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Tocantins
SIADS	Sistema Integrado de Administração de Serviços
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SMC	Secretaria Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo
SPA	Secretaria de Política Agrícola
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SRI	Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
UG	Unidade Gestora
VPA	Varição Patrimonial Aumentativa
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva

Contexto Operacional

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é responsável por gerir as políticas públicas que estimulam à agropecuária, pelo apoio ao agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final.

Assim, o Mapa busca integrar sob sua gestão os aspectos mercadológico, tecnológico, científico, ambiental e organizacional do setor produtivo e também dos setores de abastecimento, armazenagem e transporte de safras, além da gestão da política econômica e financeira para o agronegócio. Com a integração do desenvolvimento sustentável e da competitividade, o Mapa visa à garantia da segurança alimentar da população brasileira e a produção de excedentes para exportação, fortalecendo o setor produtivo nacional e favorecendo a inserção do Brasil no mercado internacional.

Para a consecução de seus objetivos, o Mapa conta com uma estrutura fixa de quatro secretarias, 27 superintendências estaduais e suas respectivas unidades, uma rede de seis laboratórios, além de duas vinculadas, o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) e o Departamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac), que abrigam cerca de 11 mil servidores espalhados por todo o Brasil.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) são empresas públicas que atuam sobre ingerência e coordenação do Mapa. Também são entes descentralizados do ministério, organizados sobre a forma de sociedades de economia mista, as Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A (Ceasa/MG), a Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais (Casemg) e a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp). Além disso, o ministério coordena as ações e políticas de 28 Câmaras Setoriais e 8 Câmaras Temáticas relacionadas aos diversos setores produtivos do agronegócio brasileiro.

O Mapa é organizado em secretarias, responsáveis pelos diferentes setores do agronegócio nacional, são elas:

- a) Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA;
- b) Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo – SMC;
- c) Secretaria de Política Agrícola – SPA; e
- d) Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio – SRI.

Declaração do Contador:

O contador responsável pelo Mapa o qual está à frente da Coordenação de Contabilidade (CCONT) sob a gerência do Departamento de Administração (DA) declara que as distorções mais relevantes em nível do ministério são:

- a) No Mapa como administração direta não há registros de provisões para indenizações trabalhistas, para riscos cíveis, para pagamento de autos de infração, para pagamento de seguros – sinistros, para repartição de créditos, para perdas judiciais, para perdas de investimentos, para serviços de terceiros, somente as de encargos de férias e 13º salário, porém no tocante às Entidades Supervisionadas de empresas da administração indireta, Conab e Embrapa, existem estas provisões e as demais;
- b) No Mapa como administração direta existem três sistemas de controle patrimonial, são eles:
 - i. Sistema ASI da Linkdata utilizado nas Superintendências Federais (SFA) e nos Laboratórios Nacionais Agropecuário (Lanagro);
 - ii. Sistema próprio desenvolvido pelo INMET e utilizado pelo mesmo e seus Distritos de Meteorologia;
 - iii. Sistema próprio desenvolvido pela CEPLAC e utilizado em todas as suas Unidades.

A STN divulgou no II Encontro com as Setoriais de Contabilidade realizado no mês de agosto/2017 que a partir de 2019 todo controle patrimonial na Administração Pública Federal passa a ser administrado pelo SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços sob a gestão da própria STN;

- c) Os bens intangíveis de Vida Útil Indefinida (não amortizáveis) existentes no Ministério e na Companhia Nacional de Abastecimento não estão sendo testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável para que se justifique a permanência dos mesmos em Vida Útil Indefinida, do contrário deverão ser remanejados para Vida Útil Definida de forma prospectiva. Estes testes não foram efetuados. Segundo definição da Contabilidade centralizada no Ministério da Fazenda será implantado até 31/12/2018 o Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) para as mensurações e evidenciações de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres com as respectivas amortizações, reavaliações e reduções ao valor recuperável;
- d) Neste trimestre o Lanagro/PA por meio de contrato com a Linkdata, procedeu a inclusão de todos os bens existentes fisicamente no Laboratório, já devidamente reavaliados/reduzidos ao valor recuperável.

Notas Explicativas:

1. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis e das Práticas Contábeis

As **Demonstrações Contábeis**, são as peças elaboradas pelo Setor Público observando o que contém na Lei nº 4.320/1964, no Decreto-Lei nº 200/1967, no Decreto nº 93.872/1986, na Lei nº 10.180/2001 e na Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As Demonstrações Contábeis têm a sua elaboração a partir das informações extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), as quais consolidam as contas do Mapa e de suas entidades no âmbito da administração direta e indireta parte integrante do Poder Executivo Federal.

Compõe as principais Demonstrações Contábeis do Mapa o Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Patrimonial (BP) e as Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) exigidos pela Lei nº 4.320/1964. As Demonstrações Contábeis estão complementadas pelas notas explicativas no item específico.

2. Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Apresentamos em sequência os principais critérios e políticas contábeis adotadas no âmbito do Mapa, órgão que faz parte da União, em consideração com as opções e premissas do Modelo do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

a. Moeda funcional

A moeda funcional praticada pelo Mapa e a moeda da apresentação das Demonstrações Contábeis é o Real. Caso haja algum saldo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicados, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

c. Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com:

- i. créditos tributários;
- ii. créditos não tributários;
- iii. dívida ativa;
- iv. transferências concedidas;
- v. empréstimos e financiamentos concedidos;
- vi. adiantamentos; e
- vii. valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

É constituído também de ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

d. Estoques

Compreendem as mercadorias para revenda (dentre elas, os estoques reguladores da União), os produtos acabados e os em elaboração, almoxarifado e adiantamento a fornecedores. Na entrada, esses bens são avaliados pelo valor de aquisição ou produção/construção.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado. Há, também, a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

e. Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com:

- i. créditos tributários;
- ii. créditos não tributários;
- iii. dívida ativa;
- iv. empréstimos e financiamentos concedidos;
- v. investimentos temporários; e
- vi. estoques.

Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.

f. Investimentos

São compostos por:

- i. participações permanentes;
- ii. propriedades para investimento; e
- iii. demais investimentos.

As participações permanentes representam os investimentos realizados em empresas, consórcios públicos e fundos realizados pela União. Quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

As propriedades para investimento compreendem os bens imóveis mantidos com fins de renda e/ou ganho de capital, que não são usados nas operações e que não serão vendidos em curto prazo. As entidades que compõem a União têm utilizado dois critérios para mensuração e avaliação desses bens: (i) valor justo; e (ii) custo depreciado.

g. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

h. Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

i. Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação é aplicável a toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês. No Manual SIAFI disponível no sítio da STN consta todas as regras referentes a Depreciação, Amortização ou Exaustão, inclusive, também, sobre a reavaliação e redução ao valor recuperável.

j. Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

k. Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão:

- i. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- ii. empréstimos e financiamentos;
- iii. fornecedores e contas a pagar;
- iv. obrigações fiscais;
- v. obrigações de repartições a outros entes;
- vi. provisões; e
- vii. demais obrigações.

l. Empréstimos e financiamentos

Compreendem as obrigações financeiras, internas e externas, da União a título de empréstimos, bem como as aquisições financiadas efetuadas diretamente com o fornecedor. Os empréstimos são segregados em dívida mobiliária (tem por base a emissão de títulos da dívida pública) e a dívida contratual (contratos de empréstimos).

m. Provisões

As provisões estão segregadas em seis categorias:

- i. riscos trabalhistas;
- ii. riscos fiscais;
- iii. riscos cíveis;
- iv. repartição de créditos tributários;
- v. provisões matemáticas; e
- vi. outras.

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável, e é possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

As provisões referentes às ações judiciais, nas quais a União figura diretamente no polo passivo, estão de acordo com a Portaria AGU nº 40, de 10 de fevereiro de 2015. As provisões matemáticas previdenciárias (passivo atuarial) referentes ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União estão registradas nas provisões a longo prazo. Está em discussão também a adoção dos procedimentos contábeis relativos às obrigações de benefícios pós-emprego dos militares.

3. Principais mudanças de Práticas Contábeis e Procedimentos Contábeis

Não houve mudanças nas práticas e procedimentos contábeis ocorridas neste trimestre.

4. Mudanças de Estrutura Administrativa

- a. Em 2016 a Lei nº 13.266/2016, transfere as atividades de pesca e aquicultura ao Mapa e com o Decreto nº 8.711 altera a estrutura do Mapa quando é criada a Secretaria de Aquicultura e Pesca – SAP;
- b. Em 2017 a MP nº 782/2017 transfere as funções de pesca e aquicultura do Mapa para o MDIC;
- c. Ainda em 2017 o Decreto nº 9.029 extingue a Secretaria de Aquicultura e Pesca no Mapa e a cria no MDIC;
- d. O Decreto nº 9.067/2017 estrutura o MDIC já contendo a Secretaria de Aquicultura e Pesca, assim como as demais alterações estruturais;
- e. Em 1º de novembro/2017 é publicada a Lei nº 13.502 pela conversão da MP nº 782, em que altera novamente a estrutura do Mapa, somente quanto a CEPLAC que antes era DEPARTAMENTO DA COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA ligado à Secretaria Executiva e passa a ser somente COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. Aguarda-se a normatização por Decreto.
- f. Foi criada a Unidade Gestora SMC/MAPA - CEF secundária da Unidade Gestora SMC/MAPA para as operacionalizações dos contratos de repasse da Caixa Econômica Federal previstas na IN/MP nº 02/2018.

5. Composição dos Principais itens das Demonstrações Contábeis

1. Balanço Patrimonial – ATIVO CIRCULANTE:

- a) Destaca-se no subgrupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” do FUNCAFE a variação a maior de R\$ 1.978.909.194,26 (equivalente a 61,671% do trimestre) na conta contábil “CTU – Recursos da Conta Única aplicados”, referindo-se ao registro da aplicação de recursos da Conta Única (CTU) em processo de aplicação e resgate pelo Fundo de defesa da Economia Cafeeira;
Também na Embrapa houve variação a maior no valor de R\$ 27.060.927,78 (equivalente a 30,41% do trimestre anterior), principalmente em virtude de ingressos de recursos para atender despesas com sentenças judiciais e não utilizados integralmente até o trimestre;
- b) No subgrupo “Estoques” ocorreu decréscimo em torno de 30,20% destaque na CONAB quanto ao valor de R\$ 266.261.307,94 relativo a venda de milho no programa de venda em balcão;
- c) No subgrupo “Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) Pagas Antecipadamente” ocorreu decréscimo de 50,94% decorrente da amortização de despesas pagas antecipadamente na Embrapa e CONAB por pagamentos antecipados referente a título de prêmios de seguros e de assinaturas e anuidades.

2. Balanço Patrimonial – ATIVO NÃO CIRCULANTE:

- a) Os “Créditos a Longo Prazo” apresentou um decréscimo de 33,00% apresentado no FUNCAFE devido à devolução de recursos não aplicados, cuja liberação ocorreu em exercício anterior;
- b) Os “Investimentos” são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 006](#) (clique aqui e veja abaixo);
- c) O “Imobilizado” do Mapa é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 004](#) (clique aqui e veja abaixo);
- d) O “Intangível” do Mapa é objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 005](#) (clique aqui e veja abaixo).

3. Balanço Patrimonial – PASSIVO CIRCULANTE:

- a) As “Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo” se apresenta com um aumento de 80,80%, destacando-se a Embrapa, por contabilizações das Provisões de Férias e 13º Salário.
- b) Os “Fornecedores e Contas a Pagar” são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 001](#) (clique aqui e veja abaixo);
- c) As “Provisões de Curto Prazo” do Mapa são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 003](#) (clique aqui e veja abaixo).

4. Balanço Patrimonial – PASSIVO NÃO CIRCULANTE:

- a) As “Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar de Longo Prazo” se apresenta com um decréscimo de 99,93% decorrente de remanejamento na Embrapa para o curto prazo em virtude de quitação da dívida de INSS-Débito Parcelado junto a Receita Federal do Brasil.
- b) O subgrupo “Demais Obrigações a Longo Prazo” teve variação a maior principalmente na conta contábil “Subvenções a Pagar” no MAPA de R\$ 126.693.603,15 (equivalente a 29.735,281% no trimestre), devido a compromisso de pagamento de termo de apostilamento firmado referente à operacionalização da concessão de subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural.
- c) As “Provisões de Longo Prazo” do Mapa são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 003](#) (clique aqui e veja abaixo);

5. Balanço Patrimonial – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

- a) Em junho/2018 é registrado no Patrimônio Líquido da Embrapa “Adiantamento para Futuro Aumento de Capital”, o qual apresenta uma variação percentual de 40,31% onde estão registrados os recursos recebidos destinados a expansão das atividades da empresa. O saldo apresentado neste trimestre está em R\$ 41.549.040,67;
- b) A conta de “Ajustes de Exercícios Anteriores”: Teve um decréscimo na sua variação percentual de 99,68 tendo em vista principalmente a apuração para a conta de déficit ou superávit.

6. Balanço Patrimonial – COMPENSAÇÕES:

- a) As Obrigações Contratuais que fazem parte das Compensações são objeto de análise a parte conforme a [Nota nº 002](#) (clique aqui e veja abaixo).

7. Balanço Orçamentário – RECEITAS:

- a) Para o exercício de 2018, no orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, a receita foi estimada em R\$ 1.719.478.462,00, considerando-se todas as fontes de recursos, exceto a 100. Até o 2º trimestre, do montante estimado, foi arrecadado o correspondente a 12,04% (R\$ 207.037.035,46), incluído o valor de R\$ 17.320,78, referente à arrecadação na fonte 172, proveniente de Dívida Ativa, que não consta do Relatório “BO - Receitas - Órgão Superior”.
- b) Inconsistências detectadas no Relatório “BO - Receitas - Órgão Superior”:
➔ Não consta o valor de R\$ 17.320,78, referente à arrecadação na fonte 172, proveniente de Dívida Ativa;

- a Unidade Orçamentária (UO) “Recursos sob Supervisão do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira/Funcafê – MAPA” faz parte do Órgão “Operações Oficiais de Crédito – 2OC” e não do Órgão do MAPA;
- a Unidade Orçamentária “Receita do Tesouro da União” não é do Órgão do MAPA; e
- a Unidade Orçamentária “Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP” faz parte do Orçamento de Investimento.

8. Balanço Orçamentário – RECEITAS CORRENTES:

- a) Nas Receitas Correntes, destaca-se o excesso de arrecadação das Receitas de Contribuições, superando em 474,37% o valor da Previsão Inicial.

9. Balanço Orçamentário – RECEITAS DE CAPITAL:

- a) Da Previsão Inicial e Atualizada de R\$ 1.410.209.440,00, foi arrecadado apenas o correspondente a 0,16% (R\$ 2.204.394,55).

10. Balanço Orçamentário – DOTAÇÃO:

- a) Somente as dotações da Categoria Econômica “Despesas Correntes” sofreram alteração em relação à dotação consignada na Lei Orçamentária Anual – LOA 2018;
- b) Foram empenhadas despesas, no montante de R\$ 10,6 bilhões, das quais foram liquidadas (2º estágio da despesa) R\$ 4,2 bilhões (40,46%), sendo que as que tiveram o maior percentual de liquidação foram as Despesas Correntes (96,47%), com destaque para as despesas com Pessoal e Encargos Sociais (85,45%);
- c) Do total das despesas liquidadas, 94,53% foram pagas.

11. Balanço Orçamentário – RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS:

- a) Foi inscrito em Restos a Pagar o montante de R\$ 1.754.446.153,11, sendo: R\$ 272.251.745,68 Processados e R\$ 1.482.194.407,43 Não Processados, equivalentes a 15,52% e 84,48%, respectivamente, do total inscrito:

Restos a Pagar Processados				Valores em Reais
Unidade Orçamentária	Inscrito	Cancelado	Pago	A pagar
MAPA (22101)	234.396.784,76	2.884.388,29	90.010.212,64	141.502.183,83
Embrapa (22202)	9.945.285,87	9.394,90	6.871.257,09	3.064.633,88
Conab (22211)	24.560.772,42	866.408,35	21.050.013,44	2.644.350,63
Funcafê (22906)	3.348.902,63	243.000,00	3.105.902,63	-
Total	272.251.745,68	4.003.191,54	121.037.385,80	147.211.168,34

Restos a Pagar Não Processados				Valores em Reais
Unidade Orçamentária	Inscrito	Cancelado	Pago	A pagar
MAPA (22101)	1.249.104.405,89	24.039.664,07	366.972.528,02	858.092.213,80
Embrapa (22202)	169.964.238,54	1.785.925,87	81.480.326,07	86.697.986,60
Conab (22211)	60.951.144,50	7.049.200,33	30.986.463,43	22.915.480,74
Funcafê (22906)	2.174.618,50	40.803,62	1.487.765,78	646.049,10
Total	1.482.194.407,43	32.915.593,89	480.927.083,30	968.351.730,24
Total Geral	1.754.446.153,11	36.918.785,43	601.964.469,10	1.115.562.898,58

Fonte: Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças/Mapa

12. Balanço Orçamentário – ANÁLISES DOS QUOCIENTES DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (conforme MCASP):

- a) Quociente do Equilíbrio Orçamentário $\rightarrow \frac{\text{Prev.Inic.da Receita}}{\text{Dotação Inicial da Despesa}} \rightarrow \frac{7.181.044.169,00}{17.069.568.430,00} = 42,06\%$

Este quociente indica que a previsão inicial das receitas do Mapa alcançou pouco menos da metade das despesas fixadas inicialmente para este órgão;

- b) Execução da Receita $\rightarrow \frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Prev.Atual.da Receita}} \rightarrow \frac{2.418.564.907,35}{7.181.044.169,00} = 33,67\%$

A receita efetivamente arrecadada do Mapa alcançou pouco mais da metade de sua receita inicialmente prevista e atualizada, indicando que o Ministério da Agricultura arrecadou menos receitas do que as que foram previstas no Orçamento;

- c) Quociente de Execução da Receita $\rightarrow \frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Previsão Atualizada da Receita}} \rightarrow \frac{2.418.564.907,35}{7.181.044.169,00} = 33,67\%$

Houve economia na despesa executada pelo MAPA, posto que esta alcançou 33,67% do total das despesas fixadas no orçamento.

- d) Quociente de Execução da Despesa $\rightarrow \frac{\text{Despesa Executada}}{\text{Dotação Atualizada da Despesa}} \rightarrow \frac{10.614.447.466,68}{17.391.251.899,00} = 61,03\%$

Houve economia na despesa executada pelo MAPA, posto que esta alcançou 61,03% do total das despesas fixadas no orçamento.

- e) Quociente do Resultado Orçamentário $\rightarrow \frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Empenhada}} \rightarrow \frac{5.093.673.349,33}{16.446.646.440,24} = 30,97\%$

A diferença entre Receita Realizada e Despesa Empenhada culminou em 30,97%, o qual corresponde ao montante do déficit orçamentário do Mapa, uma vez que a Despesa Empenhada superou a Receita Realizada nesta quantia;

- f) Quociente de Execução Orçamentária Corrente $\rightarrow \frac{\text{Receita Real.Corrente}}{\text{Despesa Emp.Corrente}} \rightarrow \frac{476.796.534,21}{6.657.892.375,39} = 7,16\%$

Houve financiamento de despesas correntes do Mapa com Receitas de Capital, posto que a Receita Realizada corrente alcançou apenas 7,16% das despesas empenhadas correntes;

g) Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária $\rightarrow \frac{\text{Receita Realizada}}{\text{Despesa Paga}} \rightarrow \frac{2.418.564.907,35}{4.059.309.758,04} = 59,58\%$

13. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA - TAXAS:

- a) No período de junho de 2017 a junho de 2018, houve queda de 55,62% no total das taxas arrecadadas pelo MAPA, decorrente da ausência de arrecadação, no ano de 2018, da receita taxas de serviços de aquicultura e pesca. Tal receita era arrecadada pela antiga Secretaria de Aquicultura e Pesca do MAPA, a qual deixou de integrar a estrutura deste Ministério em 2018 e passou a integrar o MDIC.

14. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – VENDAS DE MERCADORIAS:

- a) As vendas de mercadorias do MAPA foram 55% menores em junho de 2018 em relação ao mesmo período de 2017. Na CONAB, houve queda na venda de estoques estratégicos via leilão, impactando a menor as contas Venda de Estoques Estratégicos e Venda de Estoques Reguladores - PGPM. Já na Embrapa, houve queda na arrecadação de receita de produção vegetal, oriunda do recolhimento a menor de Receita da Produção Vegetal e de receita de produção animal. Na Embrapa, ainda, houve recolhimento a menor de receita de venda de livros e periódicos.

15. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – VENDAS DE PRODUTOS:

- a) As vendas de produtos em junho de 2018 foram significativamente menores do que no mesmo período de 2017 para o MAPA, devido ao registro, pela CONAB, de deduções de ICMS retroativas a 2017, as quais reduziram o saldo da conta venda bruta de mercadorias em 2018.

16. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – JUROS E ENCARGOS DE MORA:

- a) Houve queda de 92,76% na rubrica Juros e encargos de mora do MAPA, devido a um menor recebimento da receita de juros sobre aluguéis de imóveis próprios da Embrapa.

17. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS:

- a) No MAPA, houve aumento desta rubrica em 17,63%. Já na Embrapa, essa rubrica foi reduzida em 47,57%, decorrente de atualização dos valores registrados nas contas de adiantamentos a instituições no exterior, tais como Labex Coreia, Americas, China e França. Os valores refletem a variação cambial do período, ou seja, o comportamento do dólar (US\$) em relação ao Real (R\$).

18. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS

- a) No MAPA, houve incremento de 187,12% da receita de transferências intergovernamentais. Tal aumento foi gerado principalmente na Embrapa, no qual houve variação para mais de 711,66% no 1º trimestre, referente a transferências recebidas a título de recursos de convênios, registrados principalmente nas UG's: Embrapa /CPATUR, Embrapa /CPAO, Embrapa /CNPFP, Embrapa /CNPSO e Embrapa /CNPAT.

19. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS:

- a) No MAPA houve incremento de 127,35% da receita de transferências de instituições privadas. Tal acréscimo foi gerado, principalmente, na EMBRAPA, referente a transferências a títulos de convênios registrados nas Unidades Gestoras da Embrapa /CPAF RONDONIA, Embrapa /CPATSA e Embrapa /CNPDIA, recebidos do Banco da Amazônia S.A, Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco e Fundação Banco do Brasil.

20. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS:

- a) No do MAPA o decréscimo de 32,52% nesta conta refere-se, basicamente, ao reflexo das transferências patrimoniais realizadas entre as Unidades Gestoras da Embrapa no 2º trimestre de 2018.

21. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – GANHOS COM ALIENAÇÃO:

- a) No MAPA, houve acréscimo de 67,34% nos ganhos com alienação de ativos entre junho de 2017 e junho de 2018, decorrente sobretudo de uma reavaliação significativa ocorrida em 2018 na UG CONAB/SUREG/RO da CONAB, pela alienação do imóvel desta UG, localizado no município de Colorado do Oeste - RO.

22. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – GANHOS COM A INCORPORAÇÃO DE ATIVOS

- a) No MAPA, houve acréscimo de 112,57% nos ganhos com incorporação de ativos. Tal acréscimo originou-se, predominantemente, na CONAB, referente à desincorporação de receita da setorial financeira da CONAB para suas UGs, para atender à manutenção e conservação de seus estoques. Já na Embrapa, o aumento decorreu de: 1 - Transferências para a Unidade Gestora SGE-EFI, referentes aos adiantamentos de férias registrados nas Unidades; 2 - Registro de valores em créditos a compensar referentes a PIS e Cofins; 3 - Incorporação de bens recebidos de terceiros conforme previsto em convênios firmados. Os maiores valores, na ordem de R\$ 22.500.000,00, estão registrados na Unidade Gestora SGE-EFI.

23. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS:

- a) No MAPA, houve acréscimo de 95,23% nos ganhos com desincorporação de passivos. Tal acréscimo foi originado, predominantemente, na CONAB, em virtude de apropriação de notas de pagamento para atender à liquidação de suas despesas orçamentárias. Já na Embrapa, o aumento decorreu de transferência de obrigações (responsabilidade) para pagamento em outra UG da mesma gestão. A maioria dos lançamentos na ordem de R\$ 7.300.000,00 estão concentrados na UG Embrapa/SGE-EFI. A baixa na conta do passivo registra um crédito da conta Ganhos com Desincorporação de Passivos, na UG transferidora da obrigação a pagar, e um débito na conta Incorporação de Passivos, na UG recebedora da obrigação.

24. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA – RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPAÇÕES:

- a) A variação de -32,52% no MAPA tem por base o registro da equivalência patrimonial, na Embrapa, da EMEPA, no valor de R\$ 263.425,95, considerando a participação da Embrapa no Capital Social daquela instituição. Os valores estão registrados na UG Embrapa/SGE-EFI.

25. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPA - REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES PARA PERDAS:

- a) No MAPA houve um acréscimo significativo na reversão de provisões e ajustes para perdas, em um montante de 129.727,18% entre junho de 2017 e junho de 2018. Tal acréscimo foi originado na Embrapa referente ao registro de reversão da provisão de riscos fiscais no valor de R\$ 79.000.000,00, efetuada em 14/05/2018 na UG Embrapa/SGE-EFI.

26. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS – PESSOAL E ENCARGOS:

- a) No MAPA houve decréscimo de 31,34% nas despesas com pessoal e encargos. Tal quantia foi predominantemente menor na CGOEF/MAPA, a qual liquidou menos despesas com auxílio moradia RGPS e ajuda de custo em 2018. Já na CONAB, houve diminuição de R\$-28.013.639,91 (-30,65%) na rubrica deste órgão, ocasionada principalmente pela redução do valor pago pelo Plano de Desligamento Voluntário Incentivado (PDVI) da CONAB. O PDVI da CONAB iniciou em maio e junho de 2017 com pagamentos mensais aos participantes durante cinco anos. A cada ano, há a redução de 5 pontos percentuais no valor pago.

27. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS:

- a) No MAPA houve redução de 99,33% no montante das variações patrimoniais diminutivas monetárias e cambiais. Tal redução significativa foi originada na Embrapa, decorrente do não registro em 2018 das atualizações sobre os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC nesta conta, uma vez que as atualizações pela Selic passaram a ser registradas a partir de julho de 2017 na conta “*Outras VPDs Financeiras*”.

28. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO E VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTES P/ PERDAS:

- a) No MAPA houve aumento de 851,78% na rubrica Reavaliação, redução ao valor recuperável e ajuste de perdas. Tal acréscimo foi motivado, principalmente, pela contabilização de ajuste de perda de estoque pela CONAB, via emissão de Nota de Lançamento para fins de atender a autorização para remissão de débito. Já na Embrapa a variação ocorre pelo registro de R\$ 14.472,00 na UG 135096 e R\$ 44.630,00 na UG Embrapa/SGE-EFI, referente a contrapartida do lançamento efetuado nas contas “*Duplicatas e Títulos e Contencioso - Devedor Executado*” e “*Títulos e Valores Mobiliários*”.

29. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – PERDAS INVOLUNTÁRIAS:

- a) No MAPA a variação da ordem de -69,03% é decorrente de registros efetuados na Embrapa com base em relatório do sistema ASI – Patrimônio, referente ao Mapa Mensal de Beneficiamento de Sementes.

30. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS:

- a) No MAPA houve incremento de 101,27% na VPD desincorporação de ativos. Tal aumento foi ocasionado, principalmente, por registros na CONAB, referentes, entre outros, a acordos firmados com credores e amortização da conta de operações especiais.

31. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

- a) No MAPA, houve incremento de 150,56% na rubrica Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria. Tal acréscimo foi originado, predominantemente, por estornos de crédito tributário por benefício fiscal lançados nas UGs da CONAB.

32. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – INCENTIVOS:

- a) No MAPA, houve decréscimo de 33,93% na rubrica incentivos. Tal redução foi originada principalmente na Embrapa, decorrente de registros efetuados em virtude do pagamento de despesas relacionadas a empregados em pós-graduação no exterior. Estas despesas não têm caráter sazonal, portanto variações são passíveis de ocorrer entre os períodos avaliados.

33. Demonstração das Variações Patrimoniais – VPD – SUBVENÇÕES ECONÔMICAS:

- a) No MAPA, houve incremento de 101,04% na rubrica Subvenções Econômicas. Tal acréscimo foi originado, predominantemente, na UG SPA , MAPA, referente a termo de apostilamento com a companhia Seguros Aliança do Brasil. Já na CONAB houve aumento de R\$115.910.125,81 (261,82%) nas subvenções econômicas com maior relevância para o PEPRO (Prêmio Equalizador Pago ao Produtor) de Milho.

Nota nº 001 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 30 de junho/2018, o MAPA apresentou um saldo em aberto de R\$ 429.149.924,83 (quatrocentos e vinte e nove milhões, cento e quarenta e nove mil, novecentos e vinte e quatro reais e oitenta e três centavos), relacionados com fornecedores e contas a pagar.

A seguir, apresenta-se a tabela, segregando-se essas obrigações, entre fornecedores nacionais e estrangeiros de curto e longo prazo.

Tabela 01 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	R\$ mil		
COMPOSIÇÃO	30/06/2018	31/12/2017	AH (%)
Circulante Curto Prazo	113.286	68.126	66,29%
Nacionais	113.166	67.360	68,00%
Estrangeiros	120	766	84,39%
Não Circulante (Longo Prazo)	315.864	315.864	-
Nacionais	315.864	315.864	-
Total	429.150	383.990	11,76%

Fonte: SIAFI2017 e 2018.

Para os fornecedores e contas a pagar de curto prazo e longo prazo em 30/06/2018 os relevantes são os fornecedores nacionais de Longo Prazo os quais representam 73,60% do total a ser pago.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando-se aos órgãos contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 30/06/2018.

Tabela 02 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Órgão Contratante.

	R\$ mil	
ÓRGÃO	30/06/2018	AV (%)
MINIST. DA AGRICUL. PECUARIA E ABASTECIMENTO	64.283	14,98%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	25.268	5,89%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	23.735	5,53%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	315.864	73,60%
Total	429.150	100%

Fonte: SIAFI2018.

No âmbito do Mapa o FUNCAFE é responsável por 73,60% do total das obrigações.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os fornecedores mais significativos e do Mapa saldos em aberto, na data base de 30/06/2018.

Tabela 03 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

	R\$ mil	
FORNECEDOR	30/06/2018	AV (%)
00000000000191 BANCO DO BRASIL SA	315.864	78,59%
00360305000104 CAIXA ECONOMICA FEDERAL	56.124	13,96%
69034668000156 SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMERCIO S.A.	18.161	4,52%
08097092000181 CAIXA ASSISTENCIA DOS EMPREGADOS DA EMPRES	5.350	1,33%
87934675000196 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	1.739	0,43%
40432544000147 CLARO S.A	1.355	0,34%
01644731000132 CTIS TECNOLOGIA S.A	1.206	0,30%
01707536000104 ISH TECNOLOGIA S/A	1.124	0,28%
806030 SERPRO - SEDE - BRASILIA	1.015	0,25%
Total	401.938	100%

Fonte: SIAFI2018.

Em relação ao Fornecedor Banco do Brasil o valor do mesmo representa valor a Longo Prazo o FUNCAFE, o qual representa 78,59% dos valores mais expressivos.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Em relação aos fornecedores no quadro a seguir são detalhadas as principais transações:

Quadro 01 – Fornecedores – Principais Transações.

Fornecedor	Objeto	Valor	Data de Referência
Banco do Brasil S/A	Reconhecimento de Dívida – “DAÇÃO EM PAGAMENTO”.	395.493.987,60	31/12/2013
Caixa Econômica Federal	Prestação de Serviço pela contratada para atuar como mandatária da União na operação de Contrato de Repasse e Programas geridos pelo Mapa.	6.350.000,00	09/12/2016 a 12/03/2017 Aditivo: 12/03/2017 12/06/2017

Fontes: SIASG, Órgão: 22905, 2013, 22000,2016; Unidade Gestora 130137,420013.

O principal valor do grupo Fornecedor e contas a pagar está em Longo Prazo e refere-se ao Banco do Brasil S/A. Reconhecimento de Passivos referente ao contrato “Dação em Pagamento”, Medida Provisória nº 2.196, de 24.08.2001. Processos nº 70010.000765/2010-96 e 21000.00734 /2001-06.

Nota nº 002 – Obrigações Contratuais

De acordo com a posição do Balanço Patrimonial encerrado em 30/06/2018, a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, possuiu saldo a executar de Obrigações Contratuais no valor total de R\$ 4.404.622 (quatro bilhões, quatrocentos e quatro milhões, seiscentos e vinte e dois mil reais), valor este extraído do quadro de compensações no Balanço Patrimonial para a data de 30/06/2018.

Apresentamos tabela extraída do SIAFI, consolidando as obrigações contratuais, comparando-se o 2º Trimestre/2018 com o 4º Trimestre/2017, conforme abaixo:

TABELA 01 – Obrigações Contratuais – Composição – Mapa.

ITENS	R\$ mil		
	30/06/2018	31/12/2017	AH (%)
Aluguéis	4.782	33.546	-86%
Fornecimento de Bens	72.099	67.244	7%
Acordo Transf. Recursos para Organismos Internacionais	2.559.116	2.676.025	4%
Seguros	23.838	15.563	65%
Serviços	1.729.435	1.829.762	5%
Demais	15.351	15.351	0%
Total	4.404.622	4.637.493	5%

Fonte: SIAFI2017, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Com base nas informações da tabela 01, temos que, as obrigações contratuais do Mapa apresentaram evolução significativa no espaço de tempo mencionado, culminando em aumento principalmente na rubrica de empréstimos e financiamentos em níveis de valores expressivos.

Dentre as obrigações contratuais relacionadas, as Empréstimos e Financiamento (Acordos para Organismos Internacionais) representam 58,10% do total das obrigações assumidas pela União, seguidas pelas obrigações de Contratos de Serviços representam cerca de 39,26%, do total das obrigações assumidas pela União.

Na continuação, apresenta-se a tabela relacionando os órgãos subordinados contratantes com valores mais expressivos na data base de 30/06/2018, onde FUNCAFE representa 58,22% do valor total das obrigações contratuais.

TABELA 02 – Obrigações Contratuais – Por Órgão Contratante.

ÓRGÃO	R\$ mil	
	30/06/2018	AV (%)
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	687.264	15,60%
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA	376.060	8,54%
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	776.813	17,64%
FUNDO DE DEFESA DA ECONOMIA CAFEIEIRA	2.564.485	58,22%
Total	4.404.622	100,00%

Fonte: SIAFI2017, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

A Unidade Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira, a qual agrega a parte patrimonial da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e Serviços, é responsável pela maioria dos contratos a executar do MAPA como Administração Direta, representando o valor de R\$ 459.813 mil ou 10,44% do citado Órgão, conforme tabela abaixo comparativa do 2º Trimestre/2018 com o 4º Trimestre/2017:

Tabela 03 – Obrigações Contratuais – Composição da Unidade CGEOF / CGRL

	R\$ mil		
	30/06/2018	31/12/2017	AH (%)
Aluguéis	380	28.539	-98,67%
Fornecimento de Bens	37.979	34.979	8,57%
Serviços	414.609	670.866	-38,20%
Demais	6.845	6.845	0,00%
Total	459.813	741.231	-38,20%

Fonte: SIAFI2017, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Como se pode observar do exame da tabela 03, os saldos das obrigações contratuais da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL do MAPA decresceram em termos de valores para todas as rubricas, sinalizando que houve apropriação de documentos hábeis de liquidação, baixando os saldos contábeis de contratos, assim como também houve a baixa parcial de saldos que não seriam mais movimentados.

Na tabela apresentada a seguir, relaciona-se os 10 (dez) contratados mais significativos e o saldo a executar, na data base de 30/06/2017:

Tabela 04 – Obrigações Contratuais – Por Contratado da Unidade CGRL / CGEF

CONTRATADO – SALDO A EXECUTAR	R\$ mil	
	30/06/2018	AV (%)
A-CTIS TECNOLOGIA S/A	48.693.892,46	25,90%
B-LINK/BAGG COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA	47.042.827,18	25,02%
C- LINK/BAGG COMUNICACAO E PROPAGANDA LTDA	25.275.933,03	13,44%
D- INDRA BRASIL SOLUÇÕES E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS S/A	16.058.146,17	8,54%
E- ENGESOFTWARE TECNOLOGIA S/A	9.720.150,40	5,17%
F- SERPRO – SEDE - BRASÍLIA	8.682.314,61	4,62%
G- AQUILA TRANSPORTE DE CARGAS LTDA	8.408.776,39	4,47%
H- EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS	8.119.465,43	4,32%
I- INDRA BRASIL SOLUÇÕES E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS S/A	8.058.396,16	4,29%
J-AMBP PROMOÇÕES E EVENTOS EMPRESARIAIS LTDA - EPP	7.948.707,10	4,23%
Total	188.008.608,93	100,00%

Fonte: SIAFI2017, SIAFI2018 e Tesouro Gerencial.

Em relação aos contratados A, B, C, D e E, eles representam 78,08% das obrigações com contratos de serviços da Unidade. A seguir, é apresentado o resumo das principais transações:

Contratado A – CTIS Tecnologia (CNPJ 01.644.731/0001-32) - Contrato registrado no Portal do Ministério – www.agricultura.gov.br, onde consta sua prorrogação através de Aditivo, de acordo com a Lei 8.666/93, com validade até 21/01/2019.

Contratado B – LINK/BAGG COMUNICACAO E PROPAGANDA LTDA (CNPJ 34.358.432/0002-71): Contrato vigente desde 2014, com aditivos, sendo prorrogada a validade até 09/12/2018. No último aditivo houve alteração do CNPJ da Contratada da matriz – CNPJ 34.358.432/0001-90 – para filial especificada, bem como alteração de Cláusula de Garantia. Contrato e seus aditivos disponíveis no portal do Ministério – www.agricultura.gov.br.

Contratado C – LINK/BAGG COMUNICACAO E PROPAGANDA LTDA: (CNPJ 34.358.432/0001-90) - Houve alteração da Cláusula Terceira e Décima Segunda do Contrato celebrado em 2014, alterando o CNPJ para filial desta empresa e Garantia, para fins de utilização do saldo de empenho em restos a pagar.

Contratado D – INDRA BRASIL SOLUCOES E SERVICOS TECNOLOGICOS AS (CNPJ 01.645.738/0002-50) – As informações pertinentes a este contrato existem na página www.agricultura.gov.br. No entanto, constando apenas as alterações até 2016.

Contratado E – ENGESOFTWARE TECNOLOGIA S/A – (CNPJ 00.681.946/0001-03) – Contrato firmado em 21/06/2018, com vigência de 12 meses, registrado no Portal do Ministério da Agricultura.

Contratado F – SERPRO – SEDE – BRASILIA (CNPJ 33.683.111/0001-07) – Contrato com vigência até 16/04/2018 e registrado no Portal do Ministério da Agricultura.

Contratado G – AQUILA TRANSPORTE DE CARGAS LTDA (CNPJ 03.608.196/0001-90) – Contrato remanescente do antigo MPA e que, não existe qualquer pendência de valores em favor da empresa, assim a conta contábil será encerrada em breve, salvo se existir algum resto a pagar.

Contratado H – EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS (CNPJ 34.028.316/0007-07) – Contrato e aditivo disponíveis no Portal do Ministério- www.agricultura.gov.br, com validade até 01/08/2018.

Contratado I – INDRA BRASIL SOLUCOES E SERVICOS TECNOLOGICOS AS (CNPJ 01.645.738/0001-79) - Contrato original disponibilizado no Portal do Ministério da Agricultura, o qual foi substituído pela filial conforme informação anterior.

Contratado J – AMBP PROMOÇÕES E EVENTOS EMPRESARIAIS LTDA - EPP (CNPJ 08.472.572/0001-85) - Contrato remanescente do antigo MPA e que, não existe qualquer pendência de valores em favor da empresa, assim a conta contábil será encerrada em breve, salvo se existir algum resto a pagar.

Nota nº 003 - Provisões

Em 30/06/2018, o Mapa apresentou um saldo de R\$ 240.813.808,96 (duzentos e quarenta milhões oitocentos e treze mil oitocentos e oito reais e noventa e seis centavos) relacionados a provisões de curto e longo prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição das provisões, para os exercícios de 2017 e 2018.

Tabela 01 – Provisões – Composição.

COMPOSIÇÃO	30/06/2018	31/12/2017	R\$ mil
			AH (%)
Provisões a curto prazo	92.597	92.597	0 %
Provisões a longo prazo	148.216	227.216	-34,76 %
Total	240.813	319.813	-34,76 %

Fonte: SIAFI2017 e 2018.

Provisões a Curto Prazo

O item Provisões de Curto Prazo, do Passivo Circulante, é constituído principalmente por Provisões para Risco Trabalhista e para Indenizações Cíveis registrada na CONAB, no valor de R\$ 92.597.542,08.

As provisões de curto prazo estão distribuídas por Órgão conforme a tabela a seguir.

Tabela 02 – Provisões de Curto Prazo por órgão

ÓRGÃO	30/06/2018	R\$ mil
		AV (%)
22211 - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO	92.597	100,00%
Total	92.597	100,00%

Fonte: SIAFI2018.

A Conab é responsável por 100% do total de provisões a curto prazo.

Tabela 03 – Provisões de Curto Prazo – Composição.

	30/06/2018	31/12/2017	R\$ mil
			AH (%)
Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	66.869	66.869	0%
Riscos Cíveis a Curto Prazo	25.728	25.728	0%
Total	92.597	92.597	%

Fonte: SIAFI2017 e SIAFI2018.

Provisões de Longo Prazo

O item Provisões de Longo Prazo, do Passivo não Circulante, é constituído principalmente por provisões para Riscos de Indenizações Trabalhistas pela Embrapa e Conab no valor de R\$ 148.216.266,88.

As provisões de longo prazo estão distribuídas conforme a tabela a seguir.

Tabela 05 – Provisões de Longo Prazo por órgão

	30/06/2018	R\$ mil
		AV (%)
22202 - Empresa Brasileira de Pesquisa agropecuária	145.000	97,83 %
22211 - Companhia Nacional de Abastecimento	3.216	2,17 %
Total	148.216	100,00%

Fonte: SIAFI2018.

A Embrapa é responsável por 97,83 % do total de provisões a longo prazo.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

Tabela 06 – Provisões a Longo Prazo – Composição.

	30/06/2018	31/12/2017	R\$ mil AH (%)
Conab – Riscos Fiscais	3.216	3.216	0%
Embrapa – Riscos Trabalhistas	145.000	224.000	-34,76 %
Total	148.216	227.216	-34,76 %

Fonte: SIAFI2018 e SIAFI2017.

A provisão para Indenizações Trabalhistas é a mais relevante dentre as de longo prazo. Em 30/06/2018 o saldo apresentado na conta foi de R\$ 145.000.000,00, registrada pela Unida Gestora 135037, conforme a composição abaixo enviada pela Assessoria Jurídica, conforme tabela a seguir:

Natureza Trabalhista	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	69.000.000,00	Adicional de Insalubridade/Periculosidade e Horas in Itinere
Natureza Cível	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	50.000.000,00	Indenizações Cíveis
Natureza Previdenciária	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	24.000.000,00	Encargos Folha de Pagamento
Natureza Tributária	Valor Estimado (R\$)	Descrição Sucinta dos Principais Objetos
Prováveis	2.000.000,00	CPMF – CEF
Total	145.000.000,00	

Nota nº 004 – Imobilizado

O imobilizado é composto pela parte tangível (bens móveis e imóveis), o qual é preservado para a utilização em produção ou fornecimento de bens ou serviços e fins administrativos. Seu reconhecimento se dá com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial no Sistema de Controle Patrimonial ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável ou reavaliação.

Os gastos ocorridos após a aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que esses mesmos gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem esses benefícios, eles devem ser reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 30/06/2018, a União por meio do MAPA apresentou um saldo de R\$ 4.383.460 (quatro bilhões, trezentos e oitenta e três milhões e quatrocentos e sessenta mil) líquidos da depreciação e amortização e representou um decréscimo de (4,32 %) em relação ao 4º trimestre/2017.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para os exercícios de 2018 e 2017.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição.

	R\$ mil		
Imobilizado – Composição	30/06/2018	31/12/2017	AH%
Bens Móveis	874.879	1.011.943	-13,54%
(+) Valor Bruto Contábil	1.756.388	1.851.810	-5,15%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(858.085)	(817.668)	4,94%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(23.423)	(22.198)	5,52%
Bens Imóveis	3.508.580	3.569.304	-1,70%
(+) Valor Bruto Contábil	4.009.967	4.050.487	-1%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(501.387)	(481.183)	4,20%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
Total	4.383.460	4.581.248	-4,32%

Fonte: SIAFI2018 e 2017.

Bens Móveis

Os Bens Móveis em 30/06/2018 totalizavam em R\$ 874.879 (Oitocentos e setenta e quatro milhões e oitocentos e setenta e nove mil reais), líquidos de depreciação/redução ao valor recuperável e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis - Composição

	R\$ mil		
Bens Móveis - Composição	30/06/2018	31/12/2017	AH(%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	813.873	885.997	8,14%
Bens de Informática	334.808	333.421	0,42%
Móveis e Utensílios	204.783	203.921	0,42%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	29.433	29.354	0,27%
Veículos	325.084	351.692	-7,57%
Peças e Conjuntos de Reposição	-	-	-
Bens Móveis em Andamento	3.206	2.537	26,37%
Bens Móveis em Almoxarifado	146	-	100%
Armamentos	1	1	0%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	6.536	6.404	2,07%
Demais Bens Móveis	38.518	38.482	0,09%
Depreciação / Amortização Acumulada	(858.086)	(817.668)	4,94%
Redução ao Valor Recuperável	(23.423)	(22.198)	5,52%
Total	874.879	1.011.943	-13,54%

Fonte: SIAFI2018 e 2017.

Dos Bens Móveis registrados o valor de R\$ 15.218.847,34 no fechamento do balanço de 2017 refere-se a conta de [Bens Não Localizados](#), relativos ao Patrimônio do extinto Ministério de Aquicultura e Pesca – MPA dentre os que não foram encontrados nas Superintendências Federais. E no final do 2º Trimestre/2018 o valor reduziu-se para R\$ 14.986.312,86.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

A variação de (1,58%) ocorrida em [Bens Não Localizados](#) explica-se pela baixa desta conta com o consequente ingresso nas correspondentes contas de bens móveis, inclusive com a atualização da depreciação relativa ao bem localizado no Sistema de Controle Patrimonial, em função do Ofício de Requisição 39-462/2016, de 26 de janeiro de 2017 da Secretaria de Macroavaliação Governamental do Tribunal de Contas da União.

Diante disso gerou-se o Processo SEI nº 21000.004025/2017-17 em que as Unidades Descentralizadas envolvidas se comprometeram, inclusive com prazos, nas respectivas apurações de responsabilidades dos saldos remanescentes.

1.1.1 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis da União em 30/06/2018 totalizavam R\$ 3.508,579 (três bilhões, quinhentos e oito milhões e quinhentos e oitenta mil), líquidos de depreciação/amortização e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Bens Imóveis – Composição.

	R\$ mil		
Bens Imóveis – Composição	30/06/2018	31/12/2017	AH(%)
Bens de Uso Especial	3.523.228	3.532.295	-0,26%
Bens de Uso Comum do Povo	-	-	-
Bens Dominicais	-	-	-
Bens Imóveis em Andamento	156.109	185.121	-15,7%
Instalações	92.142	91.825	0,34%
Demais Bens Imóveis	37.347	39.108	-4,5%
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	201.141	202.137	-0,50%
Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Depreciação / Amortização Acumulada – Bens Imóveis	(501.387)	(481.182)	4,2%
Total	3.508.580	3.569.304	-1,70%

Fonte: SIAFI2018 e 2017.

De acordo com a tabela anterior, os BENS DE USO ESPECIAL correspondem a 87,86% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial, perfazendo o montante de R\$ 3.523.227.617,53 em 30/06/2018 a valores brutos.

Em síntese, os BENS DE USO ESPECIAL os quais consideram os mais relevantes na composição do patrimônio imobiliário federal são constituídos conforme relação abaixo.

Tabela 2 – Bens de Uso Especial – Composição

	R\$ mil		
Bens de Uso Especial – Composição	30/06/2018	31/12/2017	AH(%)
Fazendas, Parques e Reservas	190.717	191.139	-0,22%
Terrenos, Glebas	189.139	194.447	-2,8%
Aquartelamentos	-	-	-
Imóveis de Uso Educacional	542	542	0%
Edifícios	938.880	930.800	0%
Complexos, Fábricas e Usinas	1.603.573	1.603.573	0%
Imóveis Residenciais e Comerciais	36.323	36.561	-0,65%
Aeroportos, Estações e Aeródromos	663	663	0%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	563.389	574.518	-1,9%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	-	-	-
Total	3.523.226	3.532.243	-0,26%

Fonte: SIAFI2018 e 2017.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

CESSÃO DE USO – BENS CEDIDOS

ÓRGÃO	Valor em 30/06/2018	Valor em 31/12/2017
MAPA-Adm. Direta	1.267.344,29	1.267.344,29
CONAB	28.675.278,38	28.675.278,38
Total	29.942.622,67	29.942.622,67

COMODATO DE BENS – CONCEDIDOS

ÓRGÃO	Valor em 30/06/2018	Valor em 31/12/2017
MAPA-Adm. Direta	54.464,10	54.464,10
Embrapa	7.934.534,34	7.516.499,74
CONAB	3.150,00	3.150,00
Total	7.992.148,44	7.574.113,84

MERCADORIAS E BENS EM PODER DE TERCEIROS

ÓRGÃO	Valor em 30/06/2018	Valor em 31/12/2017
MAPA-Adm. Direta	13.026.543,58	13.026.543,58
Embrapa	68.051,90	-
CONAB	558.607.136,32	830.851.488,58
Total	571.701.731,80	843.878.032,16

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. As empresas públicas e sociedades de economia mista, que devem seguir a Lei nº 6.404/1976, embasam seus procedimentos nas leis próprias e nos normativos fiscais, o que pode acarretar algumas divergências.

Em níveis do MAPA não foi vislumbrado as reavaliações e reduções ao valor recuperável dos bens por conta contábil anteriores ao ano de 2010, tendo em vista que o Gestor do principal Sistema de Controle Patrimonial, o ASI da Link data S/A, que englobam as Superintendências Federais de Agricultura e os Laboratórios Nacional Agropecuário, não se manifestou em nenhum momento, mesmo mediante várias tentativas documentais por Notas Técnicas emitidas pela Setorial Contábil, exceto o **Laboratório Nacional Agropecuário do Pará**, que firmou **contrato nº 11/2017** com a empresa **LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS S/A**, inscrita no CNPJ nº 24.936.973/0001-03, para realizar a prestação de serviços especializados na instalação e configuração no ambiente tecnológico dos dados e informações do LANAGRO/PA subsidiando os serviços de saneamento físico e reavaliação de bens, bem como a atualização dos dados. Portanto foram registrados no mês de junho as reavaliações e a redução ao valor recuperável, baseado no processo SEI nº 21003.000660/2018-78.

O Gestor do Sistema de Controle Patrimonial da CEPLAC, também não se manifestou quanto às providências da Macrofunção SIAFI Web 02.03.35.

O Gestor do Sistema de Controle Patrimonial do INMET e seus Distritos Meteorológicos providenciou ao registro da conta de REDUCAO AO VALOR RECUPERAVÉL DE IMOBILIZADO, conforme abaixo, porém não apresentou nenhuma informação de como foi embasado tais registros:

UNIDADE GESTORA	VALOR R\$
INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA	14.928.729,12
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE RECIFE	802.104,60
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE SALVADOR	575.980,39
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE BELO HORIZONTE	1.520.807,14
DISTRITO DE METEOROLOGIA DO RIO DE JANEIRO	1.892.294,21
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE MANAUS	1.003.960,59
DISTRITO DE METEOROLOGIA DE BELEM	1.474.627,31
LABORATORIO NACINAL AGROCECUARIO DO PARA	1.224.973,65
TOTAL	23.423.477,01

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitorias, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

- A) O Mapa avaliou bens recebidos da APO – Autoridade Pública Olímpica os quais foram enviados em 21/02/2017 pelo valor bruto e com entrada no Sistema de Controle Patrimonial da Link Data e no Sistema SIAFI a APO estornou o valor bruto em 23/02/2017 e lançou pelo valor líquido contábil. Para o devido acerto e tendo em vista que os bens estavam seminovos foram reduzidos o valor e a vida útil pelo restante a serem depreciados.

Unidade Doadora	Unidade Recebedora	Documento no SIAFI	Processo	VALOR TOTAL
913001	130005	2017PA000001	91214.000653/2016-12 – doação de bens pelo valor bruto.	46.603,39 (Estornada)
913001	130005	2017PA000004	91214.000653/2016-12 – doação de bens pelo valor líquido contábil.	33.162,46

- B) A área de patrimônio da Embrapa emitiu Nota Técnica informando que os bens móveis, semoventes e benfeitorias estão registrados contabilmente com valores compatíveis àqueles aplicados no mercado.
- C) O Laboratório Agropecuária do Pará registrou a redução ao valor recuperável de bens baseado no relatório da empresa **LINK DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS S/A** e **Processo Sei nº 21003.000660/2018-78** no valor de **R\$ 1.224.973,65**, pois a empresa foi contratada para fazer o saneamento do patrimônio e as reavaliações dos Bens.
- D) A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguiram as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFI Web, Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN (www.tesouro.gov.br).

(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPSP) sobre os ativos de infraestrutura, definiu que o reconhecimento, mensuração e evidênciação, bem como a respectiva depreciação, amortização ou exaustão, reavaliação e redução ao valor recuperável para os bens de infraestrutura terá o prazo para implantação desses procedimentos contábeis até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da aquisição, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da aquisição

x = vida útil transcorrida da aquisição

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados em contrapartida no Imobilizado

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

Ajustes de Exercícios Anteriores

UG	Conta (s) envolvida (s)	Valor	Motivo do lançamento
CGEOF	123810100 - Depreciação	1.691.469,15	Ajustes na depreciação não efetivado a época dos reprocessamentos do sistema ASI em 2017, bem como depreciações de bens patrimoniais advindos do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura.
LANAGRO/PA	Diversas Contas: Depreciação e Bens Móveis.	(14.497.014,62)	Saneamento de bens - baixa depreciação outras operações - pela empresa Linkdata no sistema ASI pelo valor de mercado, conforme contrato 11/2017, para essa finalidade, haja vista que este Lanagro/PA não tinha sistema de controle patrimonial, conforme relatório pa0364 do mês de maio de 2018, processo sei: 21003.000061/2018-12.
LANAGRO/RS	12.311.03.01 – Aparelhos e Utensílios Domésticos	0,01	Em 04/02/2016 foi lançada a NF 6084/2016 – Dirceu Longo e Cia Ltda., CNPJ nº 92.823.764/0001-03, no valor de R\$0,01 a mais que o empenho, pois eram dois produtos (processador de alimentos) e o ASI efetuou o arredondamento de valor.
SFA/AC	123810100 - DEPRECIACÃO	(4.827,67)	Registro da complementação/estorno da depreciação após análise da Linkdata na base de dados em que foi verificado que a versão do ASI estava alterando o ano /mês de início de depreciação erroneamente de bens que sofreram transferência de UL mesmo estando já depreciando. Desta forma o sistema zerava a depreciação e calculava o acumulado novamente, período de dezembro/2016 a abril/2017.
SFA/CE	123810100 - DEPRECIACÃO	468.412,48	Ajustes da depreciação acumulada conforme relatórios reprocessados pela Linkdata em 2017 e não atualizados no SIAFI o que ora regularizamos.
SFA/MG	123810100 – DEPRECIACÃO	(56.549,64)	Ajuste da Depreciação Acumulada conforme solicitação da Setorial de Contabilidade.
SFA/PB	123810100 – DEPRECIACÃO	83.674,71	Ajuste da Depreciação Acumulada.
SFA/PI	123810100 – DEPRECIACÃO	63.691,26	Ajustes de depreciação referente ao exercício anterior.
SFA/SP	123810100 – DEPRECIACÃO	(259.587,17)	Regularização do saldo de depreciação Acumulada por reprocessamento pela empresa LINKDATA.
Embrapa	Diversas Contas	4.033.078,46	Diversos Lançamentos contábeis à conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

Fonte: SIAFI2018 e Embrapa

Nota nº 005 – Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

No Mapa não há ativos intangíveis gerados internamente.

Também não há Ativos intangíveis obtidos a título gratuito a serem avaliados.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas devem ser testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Mapa não procedeu aos testes de ativos intangíveis referente a perdas por redução ao valor recuperável, pois há necessidade de rever vários lançamentos os quais era VPD ou de Vida Útil Indefinida, o que foi providenciado e regularizado em relação à UG 130005, quando então muitos lançamentos que eram característicos de serviços técnicos profissionais e não intangíveis foram baixados contra a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores por se tratar de prática indevida da UG, assim como regularizações de lançamentos registrados em Intangíveis de Vida Útil Definida quando eram Indefinida e vice-versa.

Conforme anexo à Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, DOU 29/09/2015, o Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação, preparação de sistemas desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 30/06/2018, o Mapa apresentou um saldo de R\$ 24.238.173,87 (Vinte e quatro milhões, duzentos e trinta e oito mil, cento e setenta e três reais e oitenta e sete centavos) relacionados a intangível, líquidos de amortização.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Intangível, para os exercícios de 2018 e 2017.

Tabela 3 – Intangível – Composição.

	R\$ mil		
Intangível – Composição	30/06/2018	31/12/2017	AH(%)
Software com Vida Útil Definida	56.143	53.153	5,63%
Software com Vida Útil Indefinida	1.157	462	150,43%
Marcas Direitos e Patentes - Vida Útil Definida	376	376	-
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Determinado	-	-	-
Direito de Uso de Imóvel - Prazo Indeterminado	-	-	-
Amortização Acumulada	(34.896)	(29.075)	20,02%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	-	-	-
Softwares Não Localizados	1.457	1.457	-
Total	24.237	26.373	-8,81%

Fonte: SIAFI2017 e 2018 / TG

Advindos do extinto MPA o valor de R\$ 1.278.000,00 da empresa XYZ Tecnologia Ltda., por lançamentos de transposição de saldos, este software não foi localizado pela CGTI – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação, o que resultou em transferência para a conta de 124119900 – Softwares Não Localizados, assim como o valor de R\$ 178.418,00 da empresa CIMCORP – Com. Internacional e Inform.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

As adições e baixas efetuadas até o 2º Trimestre/2018, foram:

UNIDADE	ADIÇÕES		BAIXAS	
	DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
130005 – CGEOF/DA/SE/MAPA	Apropriação de NF Emitida pela Empresa Indra Brasil Solucoes e Servicos Tecnologicos Referente a Desenvolvimento de Licença de Software Com Vida Útil Indefinida. Sistema de Monitoramento De Atos Normativos. Rp 90322001.	102.998,56	-	-
130005 – CGEOF/DA/SE/MAPA	Apropriação de NF emitida pela Empresa Indra Brasil Solucoes e Servicos Tecnologicos Referente a Desenvolvimento de Licença de Software Com Vida Útil Indefinida. Sigabc - Sistema de Governança do Plano ABC. Rp 90322025.	162.084,79	-	-
130005 – CGEOF/DA/SE/MAPA	Apropriação de NF emitida pela Empresa Indra Brasil Solucoes e Servicos Tecnologicos referente a Desenvolvimento de Licença de Software Com Vida Útil Indefinida. Sistema de Seleção de Adidos Agrícolas - Adidos. RP 90322026.	115.064,11	-	-
130005 – CGEOF/DA/SE/MAPA	Apropriação de NF 2.678 emitida Pela Empresa Abra Informática Ltda. EPP referente a Software Com Vida Útil Indefinida. Autocad. Rps 90322027,90322028 E 90322029.	55.999,98	-	-
130005 – CGEOF/DA/SE/MAPA	Apropriação de NF Emitida pela Empresa Indra Brasil Solucoes e Servicos Tecnologicos referente a Desenvolvimento de Licença de Software Com Vida Útil Indefinida. Smw - Sistema Mapa Web. RP 90322027.	158.406,27	--	-
130005 – CGEOF/DA/SE/MAPA	Apropriação de NF emitida pela Empresa Indra Brasil Solucoes e Servicos Tecnologicos referente a Desenvolvimento de Licença de Software Com Vida Útil Indefinida. Adidos - Sistema de Seleção de Adidos Agrícolas - Rp 90322031.	144.584,23		
130005 – CGEOF/DA/SE/MAPA	Apropriação de NF emitida pela Empresa Indra Brasil Solucoes e Servicos Tecnologicos referente a Desenvolvimento de Licença de Software Com Vida Útil Indefinida. Sistema de Monitoramento de Atos Normativos. RP 90322032.	88.744,30		
130016 – LANAGRO- PE/SDA/MAPA	Liquidação para pagamento da NF Eletrônica Nº 6623, Referente a aquisição de soluções de TI, Equipamentos e aplicações para Tecnologia de Backup: Veem, Conforme Ata de Registro de Preços Nº 01/2017 do Pregão Eletrônico Srp Nº 01/2017 Da Uasg 153165 (UFRPE).	103.200,00		
135006 – Embrapa/CPATU	Liquidação ref. Aquisição de Software, conforme DANFE 158, Ap.Sps.Sei.488709, Processo 21159.000581/2018-93, Pregão 53/2017, Processo 103/2017, Ocs 301/2017. Pa: 10.Nc011-Sfb7solos, 0300 Convenio Fonte 0196441020. Ptres-110184.Nc0011.	2.899,00	-	-

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

135027 - Embrapa/CNPTIA	BAIXA DE IMOBILIZADO, SOFTWARE MOLEGRO VIRTUAL DOCKER, DEVIDO A IMPOSSIBILIDADE DE ATUALIZAR O SOFTWARE QUE ESTÁ OBSOLETO. ADQUIRIDO DA PIC INFORMATICA CNPJ 681.189.420/0001-02	10.099,00		
135030 - Embrapa/CNPSA	APROPRIAÇÃO RECEBIMENTO DE LICENÇAS DE TRONCOS E RAMAIS IPs INTELBRAS, CONFORME NF-E 041109, NOTA DE RECEBIMENTO 2018000085, BENS PATRIMONIAIS N 63000000460 AO 63000000464, OCS 532/2017, PROCESSO SEI 21202.001556/2018-54.	4.560,00		
135046 – Embrapa/SGE-EFI	Pagamento da NFe1101 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento .	2.295,18	-	-
135046 – Embrapa/SGE-EFI	Pagamento da NFe1102 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 2018000005.	48.828,06	-	-
135046 – Embrapa/SGE-EFI	Pagamento da NFe1104 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 2018000006.	15.362,89	-	-
135046 – Embrapa/SGE-EFI			INCLUSÕES DOS PRÉ DOC DAS RETENÇÕES, PAGAMENTO E GLOSA NO VALOR DE R\$ 656,35	656,35
135046 – Embrapa/SGE-EFI	Pagamento da NFe1103 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 2018000004.	32.817,34		
135046 – Embrapa/SGE-EFI	Pagamento da NFe1101 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 2018000002.	3.123,30	-	-
135046 – Embrapa/SGE-EFI	Pagamento da NFe1116 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 2018000007.	13.273,54	-	-
135046 – Embrapa/SGE-EFI	APROPRIAÇÃO DO USO LICENÇAS DE SOFTWARE COM SUPORTE TÉCNICO AUTODESK BUILDING	48.360,00	-	-

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

	DESIGN SUITE PREMIUM 2017 - ITEM 2 DO CONTRATO Nº SEI Nº0403265 - PROCESSO Nº 21148.000006/2018-10 ORIUNDO DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2017 DEC, NUP/NUD 64444.008782/2017-45 UASG 160067 - PAGAMENTO CONFORME CLAUSULA TERCEIRA E CLAUSULA QUINTA DO CONTRATO - NR: 201800011 - NFS-e 2228.			
135046 – Embrapa/SGE-EFI	Pagamento da NFe1126 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 2018000009.	7.218,70	-	-
135046 – Embrapa/SGE-EFI	Pagamento da NFe1127 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 2018000010.	8.217,57	-	-
135046 – Embrapa/SGE-EFI	Pagamento da NFe1129 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 20180000.	12.287,57	-	-
135046 – Embrapa/SGE-EFI	Pagamento da NFe1138 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 2018000021.	60.877,75	-	-
135046 – Embrapa/SGE-EFI	Pagamento da NFe1139 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 2018000022.	6.363,25		
135046 – Embrapa/SGE-EFI	Pagamento da NFe1149 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - .	36.566,09		
135046 – Embrapa/SGE-EFI	Pagamento da NFe1161 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - PROC. PAGAMENTO SEI 21 148.000320/2018-12.	397,58		
135046 – Embrapa/SGE-EFI	Pagamento da NFe1166 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e	14.659,52		

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

	modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - .			
135046 – Embrapa/SGE-EFI	Liquidação da NFE5801, referente FORNECIMENTO, EM CARÁTER DEFINITIVO, DE LICENÇAS DE DIREITO DE USO DE SOFTWARE DE UMA SOLUÇÃO INTEGRADA DE GESTÃO – SOLUÇÃO ERP (ENTERPRISE RESOURCE PLANNING) E SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E EVOLUÇÃO DA SOLUÇÃO PARA EMBRAPA de acordo com as especificações técnicas?descritas no Anexo I - Termo de Referência e seus respectivos anexos.Pregão n 20/2 016- Embrapa Sede. Processo pagamento SEI 21148.005374/2018-54.	1.890.006,22		
135046 – Embrapa/SGE-EFI	Pagamento da NFe1167 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - nota recebimento 201800032 proc. pagamento SEI 21148.411072/2017-31	16.991,72		
135046 – Embrapa/SGE-EFI	Pagamento da NFe1172 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 2018000033.	5.315,28		
135046 – EMBRAPA/SGE-EFI	Pagamento da NFe1177 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataforma s Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 2018000035.	21.791,52		
135046 – Embrapa/SGE-EFI	Pagamento da NFe1178 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 2018000036.	17.397,17		
135046 – Embrapa/SGE-EFI	Pagamento da NFe1179 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01 - Nota de Recebimento 2018000037.	3.581,22		
135046 – EMBRAPA/SGE-EFI	Pagamento da NFe1176 referente à serviços técnicos especializados em desenvolvimento, manutenção e modelagem de sistemas de informação do DTI nas plataformas Java, Android e IOS. Contrato n 12300.15/0012-0-01-NR 201800039	1.290,80		

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

135050 - Embrapa/CNPM	Transferência para conta definitiva de processo de importação de Licenças do software SiroSom, Po 109/2014, Inexigibilidade 006/2014. Publicado No Diário Oficial Da União Em 30/10/2014, Conforme Termo de Baixa 201800001 e Nota de Recebimento 201800004 do Sistema Asi.	23.285,89		
--------------------------	---	-----------	--	--

Fonte: Tesouro Gerencial

Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

O Mapa não avaliou os ativos do intangível se há indícios de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos vinculados ao desenvolvimento e aqueles que têm vida útil indefinida, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor e isso não ocorreu em primeiro lugar por falta de pessoal qualificado.

Na aplicação do teste de redução do valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o valor de mercado de um ativo menos o custo para a sua alienação, ou o valor que a entidade do setor público espera recuperar pelo uso futuro desse ativo nas suas operações, o que for maior.

Também não foi providenciado nenhuma mensuração de Ativos Intangíveis em nenhum no Mapa.

Ajustes de Exercícios Anteriores realizados no Intangível

São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido.

O valor de R\$ 1.722.435,77 (Um milhão, setecentos e vinte e dois mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e setenta e sete centavos) foram lançados até o 2º trimestre pelas UGs CGOEF, LANAGRO/MG e Embrapa na conta Software, após a conciliação dos saldos ASI e SIAFI.

UG	Conta (s) envolvida (s)	Valor	Motivo do lançamento
130005-CGOEF	124810100 - Amortização	1.370.041,97	AJUSTES NA DEPRECIACAO NAO EFETIVADO A EPOCA DOS REPROCESSAMENTOS DO SISTEMA ASIWEB EM 2017, BEM COMO DEPRECIACOES DE BENS PATRIMONIAIS ADVINDOS DO EXTINTO MINISTERIO DA PESCA E AQUICULTURA.
130058-LANAGRO/MG	124810100 – Amortização	(2.283.081,57)	REGULARIZACAO DE CONTA CONTABIL CONFORME MENSAGEM 2018/0439100
130058-LANAGRO/MG	124810100 – Amortização	(406.637,00)	ACERTO DA CONTA CONTABIL AMORTIZACAO
130058-LANAGRO/MG	124810100 – Amortização	(800.000,20)	CORRECAO DE CONTA CONTABIL
130058-LANAGRO/MG	124810100 – Amortização	2.683.081,67	CANCELAMENTO PARA REGULARIZACAO CONFORME MSG 2018/0547906 .
130058-LANAGRO/MG	124810100 – Amortização	(2.283.081,57)	REGULARIZACAO DE CONTA CONTABIL CONFORME MENSAGEM 2018/0439100
135020-Embrapa/CTAA	124810100 – Amortização	(2.759,07)	APROPRIACAO DA AMORTIZACAO BENS INTANGIVEIS EXERCICIOS ANTERIORES, CONFORME RELATORIO SINTETICO - DEPRECIACAO MENSAL - CONTA 124110101 - SEI (0829374)

Nota nº 006 – Investimentos

Os investimentos no MAPA são compostos por: (i) participações permanentes; (ii) propriedades para investimento; e (iii) demais investimentos.

Participações Permanentes

Tabela nº 1 – Investimentos – Composição

	30/06/2018	31/12/2017	R\$ mil AH (%)
Participações Permanentes	37.893	43.977	-13,83%
Propriedades para Investimento	-	-	-
Demais Investimentos Permanentes	1.658	1.682	- 1,43%
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	(1.332)	(7.812)	-82,95%
Total	38.220	37.847	0,99%

Fonte: SIAFI2017 e 2018.

Os investimentos permanentes da Embrapa são realizados na forma de participação societária em empresas estaduais de pesquisa agropecuária, assistência, extensão rural e difusão de tecnologia, necessárias à consecução do seu objeto social e no Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND). As participações permanentes representam os investimentos realizados em Empresas Públicas e em Fundos e quando há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Quando não há influência significativa, são mensurados e avaliados pelo método de custo corrigido, ou seja, os valores dos investimentos acrescidos da correção monetária até 31/12/95, conforme legislação pertinente, e sendo reconhecidas as perdas prováveis apuradas em avaliações periódicas.

Os investimentos na Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB e na Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, em razão de a Embrapa ser titular de mais de 20% do capital votante dessas empresas, sem controlá-las. Cabem destacar os seguintes fatos:

Tabela 2 - Participações Permanentes – Composição por investimento

Entidade	Principal segmento de atuação	Valor investimento (R\$ milhares)	% de Participação da Embrapa	Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) 2017	Resultado (Prejuízo) do Exercício 2017
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA (1)	Agricultura	631.059,00	7,74	0,00	0,00
Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba S/A – EMEPA/PB	Agricultura	775.198,35	45,00	3.764.236	585.391
- Empresa de Pesquisa Agropecuária e Difusão de Tecnologia de Santa Catarina S/A – EPAGRI	Agricultura	5.279.722,00	4,74	-18.727.801	7.020.889
- Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S/A – EMPAER/MT	Agricultura	150.661,00	0,43	7.224.112.017	-23.376.353.004
- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER	Agricultura	2.392,90	0,01	53.597.738,68	619.700,81
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte S/A – EMPARN	Agricultura	726.984,37	49,00	-3.019.725	(1.278.278)
- Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)		916.403,59	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI e Demonstrações Contábeis das empresas, (1) Última Demonstração apresentada 05/09/2016 – EBDA em processo de Liquidação.

Tabela 3 – Mutação dos Investimentos – Participações Permanentes
Embrapa

Entidade	Saldo em 31/12/2017	Aportes de Capital	Resultado de Participação em Investimentos	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 30/06/2018.
EMEPA/PB	1.430.480,25	0	263.425,95	0	0	1.693.906,20
EMPARN	726.984,37	0	0	0	0	726.984,37
Total	2.157.464,62	0	263.425,95	0	0	2.420.890,57

Fonte: SIAFI e Demonstrações das Empresas.

*Valores não consolidados

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

A equivalência patrimonial da EMEPA/PB, foi registrada com base no balanço apurado em 31/12/2017, neste trimestre referente a participação de 45% da Embrapa no lucro da Empresa.

Demais Investimentos

Os demais investimentos da Embrapa representam 5,26% no valor de 461.721,81, são compostos por participações em companhias do ramo de telefonia com ações negociadas na bolsa de valores BM & FBOVESPA. A Embrapa já iniciou o processo de alienação das ações, apresentando a seguinte composição:

Tabela 4 - Composição das ações investimento

							R\$ milhares
Companhia	Quantidade	Tipo	Valor Unitário	Valor Total	Banco	UG Responsável	
CPFL ENERGIA S/A	20	ON	21,67	433,40	BB	135046	
OI S/A	4.545	ON	3,50	15.907,50	BB	135046	
OI S/A	3.289	PN	2,89	9.505,21	BB	135046	
CONTAX	1.000	EO	4,16	4.160,00	Itaú	135046	
CONTAX	1.000	EP	0,01	10,00	Itaú	135046	
EMBRATEL	271.569	EO	0,01	2,71	Itaú	135046	
EMBRATEL	1.429.772	EO	0,01	14,29	Itaú	135046	
EMBRATEL	1.121.542	EP	0,01	11,21	Itaú	135046	
TELEFONICA BRASIL	125	PE	45,74	5.717,50	Bradesco	135046	
TELEFONICA BRASIL	12	ON	42,19	506,28	Bradesco	135046	
TIM PARTICIPAÇÕES	52	ON	13,18	685,36	Bradesco	135046	
TIM PARTICIPAÇÕES	312	ON	13,18	4.112,16	Bradesco	135046	
TELEFONICA BRASIL	2.942	ON	42,19	124.122,98	Bradesco	135046	
TELEFONICA BRASIL	3.547	PN	45,74	162.239,78	Bradesco	135046	
TIM PARTICIPAÇÕES	4.715	ON	13,18	62.143,70	Bradesco	135046	
TELEBRAS	142	ON	27,21	3.863,82	Bradesco	135046	
TELEBRAS	112	PN	15,35	1.719,20	Bradesco	135046	
TELEFONICA BRASIL	554	ON	42,19	23.373,26	Bradesco	135046	
TIM PARTICIPAÇÕES	523	ON	13,18	6.893,14	Bradesco	135046	
TELEBRAS	27	ON	27,21	734,67	Bradesco	135046	
TELEFONICA BRASIL	208	PN	45,74	9.513,92	Bradesco	135046	
TIM PARTICIPAÇÕES	666	ON	13,18	8.777,88	Bradesco	135046	
TIM PARTICIPAÇÕES	104	ON	13,18	1.370,72	Bradesco	135046	
CPFL	12	ON	21,67	260,04	Bradesco	135046	
TELEFONICA BRASIL	187	PN	45,74	8.553,38	Bradesco	135032	
TELEFONICA BRASIL	137	PN	45,74	6.266,38	Bradesco	135033	
TELEFONICA BRASIL	18	PN	45,74	823,32	Bradesco	135035	
Total				461.721,81			

Fonte: Embrapa

CONAB

EMPRESA	Saldo em 31/dez/17	Aportes de Capital	Resultado de Particip. em Investimento	Dividendos	Outros Resultados	Saldo em 30/06/2018
CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS SA	838.268,33	-	-	-	-	838.268,33
ENGIE BRASIL ENERGIAS.A.	0	-	-	-	-	3.856,16
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLV	69.074,55	-	-	-	-	69.074,55
SANYO DA AMAZONIA, INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ELE	840,02	-	-	-	-	840,02
BANCO DA AMAZONIA SA	137.559,31	-	-	-	-	137.559,31
RIBEIRO CORDEIRO INDUSTRIA E COMERCIOS A	334.135,09	-	-	-	-	334.135,09
FRIGORIFICO VALE DO TOCANTINS S A	232.646,57	-	-	-	-	232.646,57
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA	81.444,72	-	-	-	-	81.444,72
VICUNHA TEXTIL S/A.	1.720,50	-	-	-	-	1.720,50
AGRICOL A VALE	35.304,54	-	-	-	-	35.304,54
DOMANGEREBA LTDA	-	-	-	-	-	-

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Relatório Contábil de Propósito Geral da Entidade do Setor Público – RCPG

PRIMEINVEST EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A	0	-	-	-	-	70.161,00
CICANORTE INDUSTRIA DE CONSEVAS ALIMENTICIAS S/A	8.411,24	-	-	-	-	8.411,24
COMPANHIA DE COCOS DO NORDESTE	4.906,60	-	-	-	-	0
COMPANHIA DE ARMAZENS E SILOS DO EST DE MG CASEMG	13.791.215,87	-	-	-	-	13.791.215,87
COMPANHIA BRASILEIRA DE PARTIC AGROINDUSTRIAL BRASAGRO	13.441,19	-	-	-	-	13.441,19
COMPANHIA MATERIAIS SULFURO SOS MATSULF UR	12.584,40	-	-	-	-	0
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPIRITO SANTO	840,02	-	-	-	-	840,02
LOGASAINDUSTRIA E COMERCIO S A	39.947,25	-	-	-	-	39.947,25
MORADA DO SOL PARTICIPACOES S/A	34.694,02	-	-	-	-	34.694,02
LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.	0	-	-	-	-	12.584,40
CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPÓSITOS E ARMAZENS DE MINAS GERAIS	962.333,73	-	-	-	-	962.333,73
ALGAR TELECOM S/A	0	-	-	-	-	48.568,00
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA	840,03	-	-	-	-	840,03
CIA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUARIO DO PARANA	2.918.437,66	-	-	-	-	2.918.437,66
CODAPAR	0	-	-	-	-	11.163,26
COMFIO COMPANHIA CATARINENSE DE FIACAO	4.555,46	-	-	-	-	4.555,46
PBG S/A	0	-	-	-	-	4.449,15
REFINADORA CATARINENSE SA	16.513,39	-	-	-	-	16.513,39
COMPANHIA ESTADUAL DE SILOS E ARMAZENS	8.214.743,55	-	-	-	-	8.214.743,55
TOTAL	27.754.458,04	-	-	-	-	27.887.749,01

Fonte: CONAB

Propriedades para Investimento

No âmbito do MAPA não há propriedades para investimento neste trimestre.

	30/06/2018	31/12/2017	AH (%)
CONAB	-	-	-
Total	-	-	-

Demais Investimentos

Os demais investimentos representam R\$ 1.658 e não foram mensurados nem avaliadas.

Quando mensuráveis, são registradas às reduções ao valor recuperável (*impairment*), fruto de avaliações periódicas.

O registro da Redução ao Valor Recuperável dos Investimentos refere-se pelo Custo conforme registro contábil, foi em função da constituição de provisões por processos falimentares de algumas empresas, tais como: CASEGO – Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás.